

Sr. Subsecretário-Adjunto da SUBLIC,

Trata o presente processo dos procedimentos necessários visando à **contratação direta de empresa, devidamente credenciada junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, para a prestação de serviços de manutenção e recarga de 1º, 2º e 3º níveis de 342 (trezentos e quarenta e dois) extintores portáteis de incêndio do TCE-RJ, com reposição de peças, na forma de incêndio, com reposição de peças, aquisição de aparelho sanitário e seus acessórios**, conforme as especificações técnicas, os quantitativos e demais requisitos no Termo de Referência – TR, documentos estes que integram os autos (peças nºs 5, 16 e 18 - versão definitiva do TR).

A demanda foi formalizada pela Coordenadoria Setorial de Segurança (CSS) do TCE-RJ por meio da Solicitação Interna Eletrônica CSS0124/2023 (peça nº 1), encaminhada à Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC, anexando o TR, o Mapa de Risco (peça nº 4), o mapa de extinção com as manutenções atualizadas (peças nºs. 6 a 9 e 12) e a legislação técnica sobre o objeto (peças nºs. 10, 11 e 13).

A unidade requisitante traz, como justificativa ser a contratação em tela de suma importância ao sistema de proteção e combate a incêndios, proporcionando segurança às autoridades, servidores, visitantes e patrimônio desta Corte de Contas (item 2 do TR – peça nº 18).

O **Núcleo de Pesquisa de Preços – NPP/CLC**, após análise realizada pela Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC (peças nº 14 e 19), em sua instrução de peça nº 42, informa que a referida contratação será realizada através de **dispensa de licitação**, com base no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme minuta do **Aviso de Dispensa de Licitação** e anexos juntados aos autos (**ANEXOS 10 a 10.3**).

A **pesquisa de preços** foi realizada nos termos da Súmula TCE-RJ nº 02/2018¹, utilizando, para tanto, como parâmetros, os valores obtidos a partir de critérios estatísticos distintos, além das planilhas que demonstram o processo de formação, dos saneamentos e da estimativa orçamentária (**ANEXOS I a VIII**).

Informa o NPP/CLC que a realização do procedimento de contratação direta simplificada deveu-se: ***“(i) ao baixo valor global alcançado para a despesa, apurado a partir da pesquisa de preços e análise de mercado prévia realizada por este setor, e (ii) por estar em um patamar inferior a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral de entrega imediata, que admite, nesses casos, inclusive a dispensa total ou parcial da documentação de habilitação, na forma prevista no CAPÍTULO VI – Da Habilitação, da Lei nº 14.133/2021”***.

Desta forma, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 75 da Lei nº 14.133/21², a CLC efetivou a publicação do Aviso de Dispensa de Licitação nº 02/2024, no sistema no portal do TCE-RJ e por e-mail, realizando, regularmente, **as fases de julgamento das propostas de preços e de habilitação**, conforme comprovam documentos juntados às peças nºs 34 a 40.

O resultado da disputa, considerando-se o recebimento das propostas de preços recebidas em pesquisa prévia de mercado realizada pelo NPP/CLC e as propostas de preços obtidas a partir da publicação do aviso de dispensa de licitação segue detalhado a seguir:

¹ “As pesquisas de mercado realizadas previamente às contratações no âmbito da Administração Pública não devem se limitar a cotações obtidas junto a potenciais fornecedores, devendo obedecer aos critérios de amplitude e diversificação, de maneira a possibilitar o acesso a fontes de pesquisa variadas e a obtenção das melhores condições de preço, respeitadas as limitações decorrentes da especificidade do objeto contratual.”

² Em suas anotações sobre esses detalhes da dispensa, Nyura Disconzi da SILVA acrescenta que: “(...) o §3º do art. 75 da Lei 14.133/2021 estabelece que as contratações diretas pelo valor devem, preferencialmente, ter aviso divulgado em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo de 3 dias úteis, de forma a convocar os particulares que atuam no ramo do objeto a apresentar propostas, o que se entende salutar, dado que com isso se confere publicidade aos atos e evita-se abusos ou desvios. Acresce, ademais, que deve ser selecionada a proposta mais vantajosa, o que se constitui, aliás, em obrigação do administrador.” (SILVA, Nyura Disconzi da. “A dispensa pelo valor na Lei 14.133/2021”. Portal JML, 2022. Acesso em: 03.06.23. Disponível em: https://portal.jmlgrupo.com.br/pagina.php?area=coluna-juridica&acao=download&dp_id=240.)

PROPOSTAS DE PREÇOS OBTIDAS DURANTE A PESQUISA PRÉVIA DE MERCADO

| PROPOSTAS DE PREÇOS OBTIDAS DURANTE A PESQUISA PRÉVIA DE MERCADO | | |
|--|--------------------|---------------|
| EMPRESA | CNPJ | PREÇO GLOBAL |
| SAFETY SERVICE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA | 32.010.087/0001-74 | R\$ 31.380,68 |
| CENTRAL FIRE COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INCÊNDIO LTDA. | 73.239.162/0001-50 | R\$ 30.844,00 |
| BRIGGADA SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO | 29.313.611/0001-71 | R\$ 27.740,00 |
| N S G SAUDE SEGURANCA DO TRABALHO ENGENHARIA VENDAS E SERVIÇOS LTDA | 14.583.125/0001-04 | R\$ 23.457,89 |
| IB EXTINTORES LTDA. | 40.569.066/0001-11 | R\$ 21.686,70 |
| COMBATE FIRE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA | 34.120.597/0001-20 | R\$ 20.498,00 |
| ENINCÊNDIO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE LTDA.- EPP | 13.077.907/0001-09 | R\$ 18.940,00 |
| MARVIN COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA | 02.935.467/0001-59 | R\$ 18.595,00 |
| KEMAKMURAN EXTINTORES LTDA - ME | 13.482.307/0001-18 | R\$ 18.389,00 |
| FIRE RIO SERV PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO LTDA - EPP | 21.306.530/0001-32 | R\$ 18.005,00 |
| MAR E FIRE EQUIPAMENTOS E PROTEÇÃO C/ INCÊNDIO | 00.242.351/0001-09 | R\$ 17.332,00 |
| GOLD FIRE INSTALAÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS CONTRA INCÊNDIO LTDA | 24.377.688/0001-91 | R\$ 15.299,00 |
| PLATAFORMA PROJETOS E EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO EPP | 23.168.417/0001-63 | R\$ 13.778,50 |
| CONSEG EQUIPAMENTOS E SISTEMA CONTRA INCÊNDIO LTDA | 12.369.441/0001-44 | R\$ 12.949,80 |
| IAGO BARBOSA DE SOUZA - ME (IBS FIRE - SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO) | 15.347.755/0001-34 | R\$ 11.573,00 |

**PROPOSTAS DE PREÇOS OBTIDAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DE
DISPENSA DE LICITAÇÃO**

| PROPOSTAS DE PREÇOS OBTIDAS APÓS A PUBLICAÇÃO DO AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO | | |
|---|--------------------|---------------|
| EMPRESA | CNPJ | PREÇO GLOBAL |
| SAFETY SERVICE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA | 32.010.087/0001-74 | R\$ 31.380,68 |
| TV DA SILVA SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO ME | 22.159.233/0001-74 | R\$ 28.307,50 |
| QUIMILAR COMERCIO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA | 86.776.499/0001-49 | R\$ 27.756,72 |
| IB EXTINTORES LTDA. | 40.569.066/0001-11 | R\$ 27.533,20 |
| SYC S200LUÇÕES E GESTÃO DE SEGURANÇA LTDA | 11.574.847/0001-04 | R\$ 25.685,00 |
| FOCUS RESGATE CENTRO DE TREINAMENTO LTDA | 22.798.361/0001-68 | R\$ 24.875,00 |
| NSG ENGENHARIA E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO | 14.583.125/0001-04 | R\$ 23.128,66 |
| ENINCÊNDIO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE LTDA.- EPP | 13.077.907/0001-09 | R\$ 18.940,00 |
| KEMAKMURAN EXTINTORES LTDA - ME | 13.482.307/0001-18 | R\$ 18.389,00 |
| MARVIN COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA | 02.935.467/0001-59 | R\$ 17.950,00 |
| REDANTEC BRAGA EXTINTORES PROJETOS E INSTALACOES LTDA | 28.945.400/0001-99 | R\$ 17.177,00 |
| MAR E FIRE LTDA | 00.242.351/0001-09 | R\$ 14.951,00 |
| CANAA EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO LTDA | 07.271.776/0001-95 | R\$ 14.544,00 |
| ILHA FIRE EXTINTORES UNIPESOA LTDA | 28.483.872/0001-77 | R\$ 13.929,00 |
| CONSEG EQUIPAMENTOS E SISTEMA CONRA INCÊNDIO LTDA | 12.369.441/0001-44 | R\$ 12.949,80 |
| IAGO BARBOSA DE SOUZA - ME (IBS FIRE - SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO) | 15.347.755/0001-34 | R\$ 11.573,00 |
| FIRE ENG PROJETOS, SERVIÇOS E COMÉRCIO DE MATERIAS DE PROTEÇÃO E INCÊNDIOS LTDA (inabilitada) | 45.807.367/0001-50 | R\$ 10.244,00 |

Conforme registrado pela CLC, “foi solicitada à empresa **FIRE ENG PROJETOS, SERVIÇOS E COMÉRCIO DE MATERIAS DE PROTEÇÃO E INCÊNDIOS LTDA, CNPJ 45.807.367/0001-50**, a apresentação da documentação de qualificação técnica prevista no Termo de Referência e no item 3 do Anexo I do Aviso da Dispensa de Licitação, a qual (**ANEXO XIX**), após a avaliação do setor demandante, **levou à inabilitação dessa concorrente**, por ela não possuir a qualificação disposta no item 12.2 do Termo de Referência (**ANEXO XXI**).

Em seguida, a “*mesma documentação foi também exigida e apresentada pela empresa **IAGO BARBOSA DE SOUZA - ME (IBS FIRE - SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO)**, CNPJ 15.347.755/0001-34, e aprovada após a avaliação do demandante (ANEXO XXI), estando, portanto, essa empresa devidamente habilitada para a celebração do contrato, segundo as regras estabelecidas no Aviso da Dispensa de Licitação (ANEXO XX)”.*

Por fim, aquele NPP/CLC, sugere o envio do administrativo a esta SUBLIC para análise e deliberação, com vistas à Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária – CPG para bloqueio orçamentário, com posterior envio à d. Procuradoria-Geral do Tribunal para exame dos procedimentos adotados na operacionalização e formalização da Dispensa de Licitação nº 02/2024 (**anexos IX a XXI**), bem como na fase de pesquisa de mercado prévia (**anexos I a VIII**), nos termos do art. 53 e inciso III do art. 72 da Lei nº 14.133/21.

Com efeito, após autorização do SUBLIC, à peça nº 42, a **CPG** efetuou o **bloqueio orçamentário** no valor estimado da contratação, às peças nºs 43 e 44, encaminhando o processo à PGT, em observância ao art. 53 e inciso III do art. 72 da Lei nº 14.133/21.

A douta **Procuradoria-Geral do Tribunal – PGT**, que, em observância ao disposto nos artigos 53, § 4º, e 72, inc. III, da Lei nº 14.133/21, **se manifestou de forma favorável à contratação direta, com recomendação sobre a preferência de pagamento por meio de cartão de pagamento**, conforme excerto abaixo:

“Verifico que a foi corretamente processada a fase preparatória, com a cotação de preços, com a devida publicação do aviso da dispensa eletrônica no Portal do TCE-RJ (peça nº 34) pelo prazo mínimo de 3 dias, nos termos do §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, com a elaboração do mapa comparativo (peça nº 38) e habilitação da empresa vencedora (peça nº 39).

Concluindo o exame prévio de legalidade a que se refere o §4º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, entendemos que a presente contratação direta transcorreu de forma legal, nos termos do inciso II do art. 75 da mesma lei, podendo destarte haver a adjudicação do objeto e a homologação do resultado, nos termos do inciso IV do seu art. 71 da Lei, recomendando-se a observância da preferência de pagamento por meio de cartão de

pagamento, com extrato deve ser divulgado e mantido à disposição do público no PNCP, na forma do §4º do seu art. 75.”(grifei)

Mister ressaltar, que, concernente a recomendação supra, não há, no momento, no âmbito deste Tribunal, regulamentação vigente acerca da operacionalização de pagamento por meio de cartão.

Por conseguinte, também se vê consignado nos autos (peça eletrônica nº. 47) a anuência da análise jurídica realizada, *in verbis*:

“Estou de acordo com o parecer do i. Procurador Dr. Eduardo Azeredo Rodrigues, que conclui pela regularidade da contratação direta, nos termos do art. 53, §4º, da Lei nº 14.133/2021.” (grifei)

Em face do exposto, comprovada a necessidade da despesa, cumpridas as formalidades legais e emitido o parecer favorável da Procuradoria-Geral deste TCE-RJ, em observância ao disposto nos artigos 53, § 4º, e ,72, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente para análise e deliberação, com vistas, a adjudicação do objeto e homologação do resultado, bem como à autorização da despesa por dispensa de licitação, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a delegação de competência prevista no Ato Executivo nº 25.541/23, para que seja solicitado à CPG as medidas necessárias à emissão do empenho, em favor da empresa vencedora.

Alexandre Tenorio Rocha
Assessor
Matrícula 02/3839

À CPG,

Manifestando-me de acordo com a proposta formulada pela Assessoria desta SUBLIC, em face da delegação de competência prevista no Ato Executivo nº 25.541/23, bem como do disposto no art. 72, inc. IV e inc. V, da Lei nº 14.133/21, **ADJUDICO** o objeto da contratação pretendida, bem como **HOMOLOGO** o resultado do certame e **AUTORIZO** a despesa por dispensa de licitação, ex vi do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, com a emissão de empenho em favor da empresa IAGO BARBOSA DE SOUZA - ME (IBS FIRE - SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO), CNPJ 15.347.755/0001-34, no valor de R\$ 11.573,00 (onze mil, quinhentos e setenta e três reais), **com a urgência que o caso requer tendo em vista que o prazo de vigência contratual atual expira em 05.03.2024.**

Em prosseguimento, os autos deverão ser remetidos à CLC para a formalização do instrumento contratual e demais providências cabíveis, em especial a publicação no PNCP da nota de empenho emitida e do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 72, art. 94, inc. II, e art. 174, inc. I, todos da Lei nº 14.133/21. Para tanto, o Termo de Autorização de Início dos Serviços – TAIS deverá ser emitido pela CSS, com fulcro no item 8.1³ do Termo de Referência de peça nº 31.

LUIZ CARLOS DE JESUS SILVA
Subsecretário-Adjunto Matrícula
02/004265

³ **8.1.**O prazo de execução dos serviços será de 30 (trinta) dias úteis e começará a contar a partir da data indicada no Termo de Autorização de Início dos Serviços, a ser emitido pela Coordenadoria Setorial de Segurança – CSS da DSI/TCE-RJ;